
Ensino colaborativo: benefícios e desafios

Daiane Roberta de SOUSA¹

Roberta Natália da SILVA²

Renata Andrea Fernandes FANTACINI³

Resumo: O objetivo do presente trabalho foi aprofundar nossos estudos, ainda em formação inicial, acerca da proposta de ensino colaborativo, verificando, por meio de uma revisão bibliográfica, o que a literatura atual relata sobre a importância, os benefícios e principais desafios ao se implementar uma proposta de parceria colaborativa entre professores do Ensino Comum e da Educação Especial, na tentativa de viabilizar uma escolarização bem-sucedida de estudantes do público-alvo da Educação Especial incluídos nas classes comuns. Inicialmente, apresentamos a definição, a caracterização e os benefícios da proposta denominada ensino colaborativo, o qual, segundo entendemos, consiste no estabelecimento de uma parceria entre professor da classe comum e professor da Educação Especial e tem como principal objetivo a inclusão do aluno público-alvo da Educação Especial no processo ensino aprendizagem; posteriormente, destacamos os principais desafios a serem enfrentados a partir da implementação da proposta. Concluímos que o ensino colaborativo visa proporcionar um ensino de qualidade aos alunos, no qual se faz possível ampliar as suas conquistas de acesso e permanência, uma vez que é proporcionada a equiparação de oportunidades ao público-alvo da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial. Ensino Colaborativo. Inclusão Escolar.

¹ **Daiane Roberta de Sousa.** Graduanda em Pedagogia pelo Claretiano – Centro Universitário. *E-mail:* <daianinha_sousa@hotmail.com>.

² **Roberta Natália da Silva.** Graduanda em Pedagogia pelo Claretiano – Centro Universitário. *E-mail:* <roberta.nathaliaa@hotmail.com>.

³ **Renata Andrea Fernandes Fantacini.** Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Mestre em Educação pelo Centro Universitário Moura Lacerda – CUML. Docente e Tutora dos cursos de Graduação e Pós-graduação (presencial e a distância) do Claretiano – Centro Universitário. *E-mail:* <refantacini@hotmail.com>.

Collaborative learning: challenges and advantages

Daiane Roberta de SOUSA

Roberta Natália da SILVA

Renata Andrea Fernandes FANTACINI

Abstract: The target of this study, beyond go deep in our teaching yet in initial formation, was about the proposal of collaborative learning; checking, at a literature review, what are in the current articles at par the importance, benefits and main challenges when implant a partnership between teachers of Regular Education and Special Education, trying to viability a successful schooling of special students that are in regular classes. Starting, with the definition, the caratcterization and the advantages of the proposal denominate Collaborative Learning, is understood the necessity of bonds among the regular education teachers and special education teachers, with the goal of include the special students in the teaching-learning process; and, posteriorly, we highlight the main challenges to be face from implantation of project. Conclude, the Collaborative Learning want provide a quality education at all students, where is possible expand they access e stay, once they have equal oportunities between special students and regular ones.

Keywords: Special Education. Collaborative Learning. School Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), foi só a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que as suposições de uma escola inclusiva se solidificou, referenciadas nas iniciativas de reforma do sistema educacional brasileiro na época. Entretanto, somente a matrícula, ou seja, o acesso, pois a permanência e o sucesso viriam só depois, com a preocupação e o desejo de mudanças do Brasil, dando início, assim, à política de inclusão escolar e, também, à ampliação do estudo do tema para começar a garantir aos alunos com necessidades especiais a educação devida.

A chegada do público-alvo da Educação Especial na escola é cada vez mais comum e cabe à escola garantir o acesso e a permanência desse aluno, seja ela pública ou particular. A criança com necessidades especiais frequentará uma classe comum; assim, a instituição deve se adaptar desde a estrutura física até o currículo, para que ele seja incluído no processo educacional, garantindo os seus direitos.

Nessa visão, segundo Mittler (2003, p. 16), a inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsáveis às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas que estão excluídas das escolas por qualquer razão.

Alega-se que não existe inclusão dentro das salas de ensino comum, pois muitos estão excluídos por não existir as adaptações necessárias para que o público-alvo da Educação Especial possa acompanhar o ritmo da sala, o que pode ser verídico, porém o professor por ser mediador do conhecimento; ele deve criar estratégias e habilidades em que todos possam participar plenamente com suas dificuldades e facilidades. Inserir o aluno na sala comum não é inclusão: inclusão é dar o direito à educação segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

De acordo com Mendes (2014), o ensino colaborativo é importante e essencial na vida de qualquer estudante público-alvo da Educação Especial que está incluído nas classes comuns, pois é com o auxílio de professores da Educação Especial dentro desse ambiente que esses alunos conseguem acompanhar o ritmo das classes comuns sem precisar de um acompanhante ou até mesmo de ficarem retidos.

Partindo do pressuposto de que a inclusão, bem como o ensino colaborativo são temas que começaram a ser explorados recentemente, não existe muito conhecimento da sociedade acerca do assunto, entretanto, encontramos diversos artigos científicos, livros e uma gama de autores que falam e defendem o tema, o que fez tornar possível este projeto de pesquisa.

Assim, este estudo é importante nos dias de hoje, pois o ingresso de estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes comuns está acontecendo com maior frequência e, para tanto, faz-se necessária a preparação tanto dos professores quanto das instituições de ensino para a escolarização de tal público.

De acordo Ferraz (2012), a prática colaborativa viabiliza que todos nós vejamos nos outros os seus valores e não só as suas falhas, dificuldades e diferenças, possibilitando a compreensão de que todos temos dificuldades e devemos fazer delas e dos nossos erros formas de aprendizado, construindo, assim, um processo de ensino-aprendizagem igualitário em que as instituições de ensino se completem com as diferenças.

Portanto, este estudo tem como objetivo, além de conhecer a proposta de ensino colaborativo, verificar o que os estudos recentes dizem sobre a importância de se estabelecer uma parceria colaborativa entre professores do Ensino Comum e da Educação Especial, na tentativa de viabilizar uma escolarização bem-sucedida de estudantes público-alvo da Educação Especial incluídos nas classes comuns.

A metodologia utilizada para a elaboração deste projeto de pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, por meio de livros impressos, documentos oficiais do Ministério da Educação, revistas e artigos científicos disponíveis em *sites* confiáveis. Lembrando que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 1993, p. 48).

Nesse sentido, esta pesquisa bibliográfica encontra-se fundamentada teoricamente a partir das contribuições de autores renomados na área da Educação Especial, que abordam o tema ensino colaborativo, tais como: Fontes (1997; 2006; 2009), Mendes (2002; 2006), Capellini (2004) e Vilaronga (2014).

O presente estudo está organizado em 4 tópicos distintos, que são: *Ensino colaborativo: definição e caracterização*; *Ensino colaborativo: a importância das parcerias*; *Ensino colaborativo: sua relevância no processo ensino-aprendizagem* e as *Considerações finais*. No primeiro momento, é descrito, brevemente, suas definições e principais características a respeito do ensino colaborativo. Em seguida, buscamos compreender a importância da parceria entre os professores da classe comum e da Educação Especial trabalhando e elaborando em conjunto atividades e estratégias para o ensino e a aprendizagem dos alunos. Em um terceiro momento, trabalhamos a questão da efetividade da proposta do ensino colaborativo como aliada no processo de ensino-aprendizagem, relatando as suas práticas, que proporcionam a igualdade de oportunidades quando trabalhamos em coletivo. E, por fim, apresentamos os resultados que obtivemos a respeito da proposta e sua importância na escolarização bem-sucedida dos alunos público-alvo da Educação Especial, seus principais benefícios e os maiores desafios.

2. ENSINO COLABORATIVO: DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Segundo Sasaki (1997), a inclusão é um movimento social que tem como pressuposto a igualdade entre os homens e a luta contra qualquer forma de discriminação, necessitando da cooperação e união de ambos os professores para as adaptações e estratégias de ensino, para que possam ter um aprendizado – pleno e satisfatório – e um convívio na sociedade igual a qualquer outra pessoa.

O ensino colaborativo é uma proposta para a educação inclusiva que se baseia basicamente na parceria entre os professores das classes comuns com os professores da Educação Especial, com a finalidade de proporcionar uma melhoria no ensino de estudantes público-alvo da Educação Especial nas classes comuns (CAPELLINI, 2007).

O ensino colaborativo é uma estratégia didática inclusiva em que o professor da classe comum e o professor, ou especialista planejam de forma colaborativa, procedimentos de ensino para ajudar no atendimento a estudantes com deficiência, em classes comuns, mediante um ajuste por parte dos professores. Nesse modelo, dois ou mais professores possuindo habilidades de trabalho distintas, juntam-se de forma coativa e coordenada, ou seja, em um trabalho sistematizado, com funções previamente definidas para ensinar grupos heterogêneos, tanto em questões acadêmicas quanto em questões comportamentais em cenários inclusivos. Ambos compartilham a responsabilidade de planejar e de implementar o ensino e a disciplina da sala de aula (CAPELLINI, 2004, p. 8).

De acordo com Fantacini e Oliveira (2013), o ensino colaborativo, por meio da troca de experiências e saberes na busca de melhores formas de ensinar e ampliar conhecimentos, é uma estratégia que tende a favorecer a construção da escola inclusiva, onde a inclusão passa a ser percebida como uma responsabilidade de toda a comunidade escolar.

Ao utilizar esse modelo de ensino nas escolas, as oportunidades de inclusão são ampliadas, pois ele auxilia na adaptação da escola em sua totalidade para a recepção dos alunos público-alvo,

efetivando, assim, sua real inclusão e não apenas sua matrícula nas classes comuns.

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) afirmam que a aprendizagem colaborativa tende a ofertar uma gama de vantagens que não são encontradas quando procuradas no ambiente onde é ofertada a abordagem tradicional de ensino, pelo fato de que, em coletivo, é permitido um estágio mais elevado e significativo de aprendizagem e reflexão do que qualquer um possa imaginar fazer de maneira individualizada.

Em síntese, o ensino colaborativo ou co-ensino, é um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes, sendo que esse modelo emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, e especificamente para responder às demandas das práticas de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais (MENDES, 2006, p. 32).

Ainda segundo as autoras, é indiscutível o poder do trabalho em grupo quando feito da forma correta, pois, com união, conseguimos fazer uma troca maior de conhecimentos e obter melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem escolar. A colaboração tende a manter o ambiente mais saudável tanto para os alunos da sala como para os que forem inclusos, ou seja, do público-alvo da Educação Especial.

O propósito é garantir a articulação de saberes entre ensino especial e comum, combinando as habilidades dos dois professores. Assim, o professor regente da turma traz os saberes disciplinares, os conteúdos, o que prevê o currículo e o planejamento da escola, juntamente com os limites que enfrenta para ensinar o aluno com necessidade especial. O professor do ensino especial, por sua vez, contribui com propostas de adequação curricular, atentando para as possibilidades do estudante, considerando as situações de ensino propostas e as opções metodológicas, planejando estratégias e elaborando recursos adequados para a promoção de sua aprendizagem (MARIN; BRAUN, 2013, p. 53).

Segundo Machado e Almeida (2010), o ensino colaborativo contribui no raciocínio pedagógico da inclusão escolar, pois permeia questões do cotidiano e do desempenho do professor da classe comum, resgatando atitudes que permitem a parceria e a colaboração conjunta. Dessa maneira, a proposta de tal ensino é um caminho viável e gratificante, tornando todos os envolvidos construtores do seu próprio processo de ensino-aprendizagem.

O ensino-aprendizagem colaborativo, ainda de acordo com Machado e Almeida (2010), está relacionado, de forma direta, com o modo de tratar as novas ideias, de realizar mudanças, com os sentimentos de integração, solidariedade e posturas de autoavaliação, autocrítica e de competências reflexivas do grupo.

Portanto, entendemos que o objetivo do ensino colaborativo é, por meio de uma parceria entre professor da Educação Especial e professor da classe comum, favorecer a igualdade de oportunidades a todos os estudantes público-alvo da Educação Especial que estão incluídos na sala de aula, de modo que todos aprendam de maneira pertinente os conteúdos passados, construindo conhecimentos de qualidade, de acordo com necessidades e interesses individuais.

3. ENSINO COLABORATIVO: A IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS

Segundo Wood (1998), a proposta implica a redefinição do papel dos professores da Educação Especial como apoio centrado na classe comum, e não somente serviços que envolvam a retirada dos alunos público-alvo da Educação Especial das classes comuns. A relação amorosa dos dois professores implica um ensino de qualidade no qual todos ganham com essa relação: o aluno de inclusão, os outros alunos e até mesmo os professores, pois eles se sentem motivados a trabalhar e a dar sequência em seus trabalhos escolares.

Refere-se a pressupostos básicos compartilhados, a tipos de relações estabelecidas entre os professores e as condições contextuais do trabalho visando ao aperfeiçoamento.

[...] significa o desenvolvimento de convicções e modos de agir relacionados ao cultivo da profissão (GUIMARÃES, 2004, p. 54-55).

Os professores das classes comuns também precisam dar continuidade em sua formação para que haja uma interação com o professor da Educação Especial, para elaborar subsídios para educação de alunos público-alvo da Educação Especial em escolas comuns, abrindo, assim, portas para uma nova escola, onde todos se ajudam para o sucesso em comum e a aprendizagem plena (FONTES, 2009).

Ainda segundo a autora, a participação da família no processo ensino-aprendizagem neste momento se faz de extrema importância para que seja possível construir uma nova escola; porém, essa família deve se sentir incluída nesse processo de aprendizagem, sendo um trabalho colaborativo de ambas as partes, assim, todos têm a mesma oportunidade, não parabenizando apenas àqueles que precisam.

Conforme Fontes (2009), para que sejam consideradas inclusivas, as práticas pedagógicas devem refletir a cultura e as políticas de valorização da diversidade, assegurando que as atividades escolares considerem o conhecimento e a experiência dos estudantes fora do espaço escolar.

Devemos lembrar que todos os alunos trazem uma bagagem histórica e, sendo assim, se faz necessário sabermos lidar com a mesma, aproveitando para podermos construir junto deles uma nova bagagem, mais ampla, onde o aluno possa crescer como pessoa e estudante.

O professor deve estabelecer uma relação de confiança com o aluno para que ele se sinta acolhido e confiante, capaz de enfrentar seus obstáculos na vida, tornando-se até mesmo mais solidário, e este, quando sabe de sua importância para o processo ensino-aprendizagem, percebe que o professor não é o único que ensina, mas que ele também (aluno) pode participar desse processo com trocas de experiências.

De acordo com Pérez (2007), a cultura colaborativa parece ser a chave para a mudança na cultura escolar e, conseqüentemente,

de novos valores e novos saberes que transformem a escola em um espaço, de fato, inclusivo.

Além do aprimoramento na formação inicial e continuada de nossos educadores, há a necessidade de criar espaços dialógicos na escola, para que dúvidas, medos e a resignificação da prática pedagógica possam ser examinados em equipe, como rotina de trabalho. Parece que a apropriação de informações, as trocas de ideias, a verbalização de sentimentos, sem culpas, constituem “caminhos” para as mudanças de atitudes (CARVALHO, 2009, p. 79).

De acordo com Mendes (2006), a inclusão ainda é um processo complexo que enfrenta barreiras atitudinais, físicos e pedagógicos e que pode atrapalhar a permanência do aluno, mas cabe à escola se preparar e se adaptar para a chegada e permanência do aluno. Uma das propostas atuais seria o professor do coensino e o professor da classe comum elaborarem em conjunto atividades e estratégias para o ensino e a aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial.

4. ENSINO COLABORATIVO: SUA RELEVÂNCIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Considerando o ensino colaborativo como um modelo de ensino inclusivo, podemos também considerá-lo aliado para um ensino-aprendizagem satisfatório.

Tendo em vista uma perspectiva de educação inclusiva, extraímos do ensino colaborativo a sua relevância nesse processo de inclusão nas classes comuns, unindo estratégias para que ambos os alunos se sintam bem amparados pela mediação de dois professores trabalhando juntos, de forma satisfatória, em prol do seu processo de ensino-aprendizagem, fazendo-os sentir prazer em trabalhar para desenvolver seus conhecimentos de maneira coletiva.

Segundo Pacheco (2010), as diversidades de necessidades dos alunos fazem que o ensino seja mais complexo no que se refere a conhecer as necessidades específicas de cada um, ou seja, suas habilidades e dificuldades.

O ensino-aprendizagem colaborativo possibilita perceber no outro o que ele tem de valor e perceber em si o seu valor também. Perceber que as dificuldades se apresentam para o outro e as dificuldades podem se apresentar para todos sob diferentes aspectos. Perceber que há soluções e respostas para grande parte das dificuldades, e, mais que tudo, perceber que somos parte de um todo que se completa na soma das diferenças (FERRAZ, 2012, p. 107).

O ambiente das classes inclusivas torna-se rico em aprendizado para todos os alunos, a troca de conhecimento entre as partes faz o ensino mais efetivo e as dificuldades minimizadas por meio da ajuda do outro, oferecendo-lhes oportunidade de assimilar que todos temos as nossas diferenças e dificuldades, e que podemos ultrapassar nossas limitações, bem melhor, em coletivo.

Ferraz (2012) revela que um ambiente colaborativo é bom para todos os alunos e não só para os alunos público-alvo da Educação Especial; entretanto, é dever do professor – articulador e mediador de todo o processo de ensino-aprendizagem colaborativo – estar sempre presente, observando e acompanhando o desenvolvimento das atividades nos grupos, bem como participando do desenvolvimento de condições em geral que possibilitem, permanentemente, um ambiente afetivo e atencioso, o qual se baseie no apoio recíproco, para que o aluno descubra a importância de ensinar e aprender com o outro.

Em síntese, há que examinar todas as variáveis do processo educativo escolar, envolvendo as pessoas da escola (educadores, gestores, alunos, apoio administrativo); o ambiente físico (em termos de acessibilidade); os recursos financeiros e materiais (origens, quantidades, periodicidade de recebimento, manutenção de equipamentos e instalações), os graus de participação da família e da comunidade (parcerias), a filosofia de educação adotada (se tradicional ou não), o projeto Político-pedagógico construído pela comunidade escolar (natureza do documento, autores, destinação), a prática pedagógica (se mais centrada no ensino ou na aprendizagem), os procedimentos de avaliação (formativa, somativa, formal, informal), dentre outros aspectos (CARVALHO, 2009, p. 63).

A aprendizagem colaborativa é um meio de minimizar as dificuldades que são decorrentes da competitividade e do trabalho individualizado. A escola deveria ser um local onde os alunos, além de “aprender coisas”, aprendessem também sobre si mesmos como alunos, ou seja, tomando consciência do seu próprio processo de aprendizagem na escola (BRASIL, 2005).

Essa proposta se torna uma ferramenta auxiliadora do desenvolvimento coletivo, onde pode ser gerado bons frutos na construção de uma comunidade escolar melhor e livre de preconceitos estabelecidos.

Para Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), a aprendizagem colaborativa tende a oferecer uma gama de vantagens que dificilmente conseguiremos encontrar nos ambientes de ensino que contam com uma abordagem mais tradicional, uma vez que tudo o que fazemos de forma coletiva nos possibilita um patamar mais elevado de significados e reflexões acerca da aprendizagem, que, de forma alguma, conseguiríamos alcançar de maneira isolada.

Fica clara a necessidade do trabalho em parceria tanto dos professores (classe comum/Educação Especial) quanto de profissionais especializados em outras áreas do conhecimento. É crucial manter, no mínimo, o trabalho em conjunto dos professores, para alcançar o desempenho escolar almejado desse público nas escolas e classes comuns.

Sendo assim, o ensino colaborativo torna-se de suma importância para o ensino-aprendizagem dos alunos, pois existe uma troca muito maior e contínua entre eles. Além disso, o conhecimento é construído coletivamente, fazendo que a aprendizagem seja concreta e não individualista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o ensino colaborativo é uma proposta para a Educação Inclusiva que visa à parceria entre os professores das classes comuns com os professores da Educação Especial, articulando seus serviços a fim de proporcionar uma educação de qualidade ao público-alvo da Educação Especial, ampliando as oportunidades de inclusão efetiva, de modo que se possa alcançar a igualdade de oportunidades a todos, excluindo de vez a segregação do cenário do público-alvo da Educação Especial.

O trabalho em equipe é fundamental para o bom funcionamento da prática colaborativa; ao unir ambos os professores no ambiente da classe comum, obtemos um ensino de qualidade, em que todos podem ter ganhos: alunos público-alvo da Educação Especial, alunos da classe comum e professores, os quais elaboram, em conjunto, atividades e estratégias para o ensino e a aprendizagem dos alunos e utilizam os conhecimentos do professor da Educação Especial em parceria com o que o professor da classe comum pode oferecer; assim também se estimula o professor da classe comum a buscar formação continuada, abrindo portas para uma nova escola, onde todos se ajudam, a fim de seguir com a proposta do ensino colaborativo em unir esforços em coletivo.

Podemos considerar o ensino colaborativo um grande aliado no processo de ensino-aprendizagem satisfatório, pois o ambiente da sala inclusiva tende a ser rico em aprendizagem para ambos os alunos, minimizando as dificuldades encontradas em seu cotidiano e ofertando a viabilização de assimilar suas diferenças e dificuldades, que podem ser melhor enfrentadas em coletivo, completando-se com as diferenças do outro, fazendo que a aprendizagem deixe de ser uma prática individual.

A teoria e a prática devem sempre andar lado a lado para que o trabalho pedagógico possa ser atingido com êxito. O professor da classe comum e o professor da Educação Especial devem estar em contínua formação, para sempre levar conteúdos atualizados para dentro da sala de aula, pois, quando o professor se dedica a

uma proposta, o trabalho fica prazeroso e o conhecimento acontece. Assim, ele deve se mostrar interessado pelos seus alunos afetivamente, a fim de que se sintam acolhidos e a aprendizagem aconteça naturalmente.

A formação contínua traz-nos uma ampla visão sobre a necessidade de cada criança, por meio da qual devemos nos aprimorar e analisar a nossa prática pedagógica. Os professores, tanto os da classe comum quanto os da Educação Especial, devem entender e saber lidar com as diversidades, procurando sempre abrir caminhos para o conhecimento, querendo melhorar o seu atendimento e buscar novas tendências e exigências para assegurar a aprendizagem dos alunos.

O ensino colaborativo no ambiente educacional ainda é um tabu para muitos profissionais da educação, porém, não deixa de ser importante. São vários os benefícios que ele traz para a escola; podemos elencar vários: a inclusão escolar efetiva desses alunos público-alvo da Educação Especial, as estratégias de ensino eficazes para uma aprendizagem satisfatória, a socialização, o trabalho coletivo, a igualdade de oportunidades, o fim da segregação, entre outros.

Existem muitos desafios ainda a serem enfrentados. O maior deles é manter a relação profissional dos professores, que devem trabalhar juntos dentro da sala de aula, pois precisam ter certa afinidade e manter uma relação afetiva e agradável para que o trabalho seja feito de forma dinâmica e em prol de um único resultado que é a aprendizagem plena e satisfatória da classe, pois não é apenas os alunos público-alvo da Educação Especial que necessitam de um processo de ensino-aprendizagem satisfatório de maneira prazerosa.

A proposta do ensino colaborativo tende a ser uma forte aliada na perspectiva da Educação Inclusiva, capaz de aumentar as oportunidades dos alunos público-alvo da Educação Especial, passando a ter autonomia e direitos iguais, tornando-se capazes de interagir com seus colegas e serem respeitados, a partir do pressuposto de que “todos são diferentes e devem respeitar a diferença do outro”. Somente desse modo será possível alcançar a

real inclusão desses alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas e classes comuns.

REFERÊNCIAS

CAPELLINI, V. L. M. F. (Coord.). *Práticas educativas: ensino colaborativo*. Faculdade de Ciências, Departamento de Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Bauru, 2008.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo: o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. *Revista Educere Et Educare*, Cascavel, v. 2, n. 4, p. 113-128, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/download/1659/1346>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

FANTACINI, R. A. F.; OLIVEIRA, E. L. S. Ensino colaborativo: redefinindo as práticas pedagógicas na construção da escola inclusiva. *Revista Camine: Caminhos da Educação*, Franca, v. 5, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://seer.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/890/931>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

FERRAZ, G. M. *Caminho para a construção de um ensino-aprendizagem colaborativo*. São Paulo: SE, 2012. p. 101-114. Disponível em: <<http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/Livro%20DI.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2015.

FONTES, R. S. *Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. *Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial*. São Carlos: UFSCar, 2014.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a08v95n239.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.